



**ESPELHO DE RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA PARA O CARGO DE PROCURADOR  
MUNICIPAL**

**PROVA DISSERTATIVA – RASCUNHO**

**INSTRUÇÕES**

A **dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.**

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **Dissertativa**. O rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

O candidato deverá redigir **no mínimo 20 e, no máximo, 30 linhas**. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atinja a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

Considere a seguinte situação hipotética:

O Município de Navegantes instituiu uma taxa, denominada “Taxa de Serviços Urbanísticos”, que tinha como fato gerador os serviços combinados de coleta de lixo, limpeza pública e limpeza e conservação de ruas. O lançamento do tributo foi feito, então, para cobrá-lo de Tício, que residia em região supostamente coberta pelos serviços descritos. Acreditando estar sendo vítima de injustiça, Tício ingressou com ação de declaração de inexigibilidade da referida taxa, tendo sucesso em sua demanda. O juízo de primeira instância anulou o lançamento, pois ofendia o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal. O Município, todavia, com base na Lei Municipal que instituiu a Taxa de Coleta de Lixo, fez o lançamento complementar do tributo em desfavor de Tício, que, de imediato, pediu na Justiça a sua nulidade com base na inexigibilidade da Taxa de Serviços Urbanísticos, que incluía a taxa agora cobrada pelo Município.

Com base no caso descrito, elabore um texto dissertativo argumentativo, esclarecendo juridicamente os pontos controvertidos e solucionando o impasse sobre a procedência ou não do lançamento da Taxa de Coleta de Lixo.

**Padrão de Resposta:**

**Depois de analisado o padrão de respostas dos candidatos, em comparação com a resposta esperada, chegou-se à seguinte síntese. O candidato deveria elaborar texto dissertativo-argumentativo, organizado de forma lógica e dentro do padrão formal da língua portuguesa, próprio do discurso jurídico, no sentido de que é acertada a decisão de declarar a nulidade de taxa de serviços urbanos, porquanto ser ilegal e inexigível por serem não individualizadas. O lançamento e a cobrança individualizada da taxa de coleta de lixo são legais e exigíveis, desde que respeitados os princípios norteadores do processo tributário e observado o prazo prescricional. É pacífico que a extinção do crédito tributário não atinge imediatamente a existência da obrigação tributária. No caso em tela, a extinção atinge apenas a forma, não o conteúdo. É também possível a revisão de ofício pela autoridade (CTN, art. 149 e 317, que prevê novos lançamentos no caso de alteração).**

**Os candidatos que abordaram tais pontos receberam 5 pontos no quesito TEMA, foram pontuados com 3 pontos quem não abarcou todas as questões ou abarcou em dissonância com a prática vigente, e 1 ponto para quem não abarcou de forma minimamente suficiente em total discordância com a prática vigente.**

Navegantes, 18 de outubro de 2023.

**LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA**  
Prefeito do Município de Navegantes/SC